

DIÁRIO DO GOVERNO



GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se a Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18.000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10.000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de sêlo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeita à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decreto de 23 de Dezembro de 1911, autorizando o abono de gratificações por serviços extraordinários de exames de instrução primária.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Portarias de 16 de Janeiro:
Aprovando o regulamento do Parque Vacinogénico de Lisboa.
Autorizando a Irmandade do Espírito Santo de Bodiosa a aplicar parte do seu fundo às obras de ampliação do comitório paroquial.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos criando postos de registo civil.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.
Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despachos autorizando a constituição de associações culturais.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos concedendo aposentos.
Decreto de 6 de Janeiro, abrindo um crédito especial para pagamento de juros da dívida interna.
Decreto de 18 de Janeiro, donegando provimento nos recursos n.º 13:487 e 13:691 e dando-o nos recursos n.º 18:676, 18:690, e 18:747, todos sobre matéria de contribuições.
Arrematações (Folha n.º 4, apensa ao *Diário* de hoje):
Lista n.º 9:577.—No dia 9 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens pertencentes à Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Alcorochel, nos concelhos de Torres Novas e Tomar.
Lista n.º 9:578.—No dia 12 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens pertencentes à Confraria do Divino Espírito da freguesia de Torres Novas e Junta de Paróquia da freguesia de Brogueira, no concelho de Torres Novas.
Lista n.º 9:579.—No dia 12 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens das Confrarias do Santíssimo das freguesias de Olaia e Brogueira, situados no concelho de Torres Novas.
Lista n.º 9:580.—No dia 13 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens da Confraria do Santíssimo da freguesia de Brogueira, situados no concelho de Torres Novas.
Lista n.º 31:463.—No dia 13 de Fevereiro, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros de várias corporações, impostos em bens situados em vários concelhos.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 16 (série B), referida a 31 de Agosto de 1911.
Despachos pela Administração dos Serviços Fábricas, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Portarias de 10 e 12 de Janeiro, concedendo a exoneração pedida pela comissão de sindicância a certas reclamações do pessoal menor das linhas férreas do Minho e Douro, e nomeando outra comissão para prosseguir os respectivos trabalhos.
Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Relações de pedidos de registo de marcas e nomes industriais, patentes de invenção e modelos de fábrica.
Aviso acerca da prorrogação do prazo concedido para a montagem numa nova indústria.
Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 6 de Janeiro, provendo um lugar de escrutinário do Laboratório Geral de Análises Químico-Fiscais.
Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral, em Dezembro de 1911.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal e aumento de vencimentos a alguns aspirantes do quadro telegráfico-postal.
Portarias de 16 de Janeiro, autorizando a Companhia Carris do Porto a explorar diferentes linhas e a sub-estação eléctrica de S. Roque da Lameira.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 15 de Janeiro, mandando dissolver a comissão encarregada de estudar a reorganização administrativa da província de Angola.
Anúncio de concurso para provimento dos lugares de desenhador e impressor litográficos da Imprensa Nacional de Angola.
Anúncio de concurso para adjudicação dum terreno situado na província da Guiné, cuja primeira praça ficou sem efeito.
Despachos pela Direcção Geral da Fazenda das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Decreto de 13 de Janeiro:
Confirmando nos respectivos lugares dois primeiros aspirantes do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé
Aposentando um oficial do quadro aduaneiro da província da Guiné.
Decreto de 27 de Maio de 1911, anulando o acordão que motivou o recurso n.º 310, de 1909, em que era recorrente o inspector da fazenda do Estado da Índia.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, propostas e projectos de lei:
Sobre alteração do quadro dos médicos navais.
Sobre fomento da criação de gado em Angola.

Sobre colonização do planalto de Benguela.

Sobre cultura de algodão nas colônias.

Sobre fornecimento do material de guerra para as colônias.

Sobre isenção de direitos de importação para os artigos destinados à decoração dos museus nacionais.

Para a revogação de alguns artigos do regulamento das Escolas Médico-Cirúrgicas.

Para a equiparação dos vencimentos do pessoal do quadro transitório do Ministério da Marinha aos do pessoal do Ministério das Colônias.

Senado da República Portuguesa, projectos de lei:

N.º 29-A, para ser prorrogada a concessão do salão do Conservatório de Lisboa à Associação de Amadores de Música.

N.º 31-A, para ser eliminada a coroa rial dos escudos nos edifícios.

N.º 32-A, para a aplicação de certos artigos do Código do Processo Civil a determinados processos.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdãos n.º 13:710 a 13:714.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Provvedoria Central da Assistência de Lisboa, anúncio para arrematação de géneros e outros artigos.

Caixa Geral de Depósitos, aviso acerca do concurso aberto para um lugar de amanuense.

Supremo Tribunal Militar, aviso acerca do concurso para provimento do lugar de defensor perante os tribunais militares.

Instituto Superior de Agronomia, anúncio de concurso para provimento do lugar de preparador de Técnologia agrícola e Bromatologia.

Exploração do porto de Lisboa, anúncio para arrematação de obras.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS:

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 18—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 12 de Janeiro.

Nova publicação, rectificada, do Apêndice n.º 17 (nota do estado da dívida flutuante em Novembro de 1911).

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se declara que o nome do administrador substituto do concelho de Marco de Canavezes, nomeado por decreto de 8 de Dezembro de 1910, é António Peixoto da Costa Babo, e não António Teixeira da Costa Babo, como se publicou no *Diário do Governo* de 9 do citado mês.

Secretaria do Ministério do Interior, em 16 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, Ricardo Paes Gomes.

Direcção Geral de Instrução Primária

Sobre proposta do Ministro do Interior, de 9 de Dezembro corrente:

Hei por bem decretar que, nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908, seja abonada a quantia de 118.000 réis pelo serviço extraordinário de exames de instrução primária no presente ano aos seguintes professores das escolas da cidade de Lisboa:

Artur Lucas Marinho da Silva, doze dias a 1.000 réis	12.000
Basílio Joaquim Ribeiro Júnior, doze dias	12.000
Carlos Marcelino Esteves, doze dias	12.000
Eládio António de Sousa e Silva, doze dias	12.000
João Rodrigues, treze dias	13.000
José Bartolomeu Rita dos Mártires, onze dias	11.000
José Joaquim de Sousa, dozo dias	12.000
José Lázaro dos Arcos, doze dias	12.000
Manuel Esteves Canilho, onze dias	11.000
Silvestre da Silva, onze dias	11.000
Total—Réis	118.000

Total—Réis 118.000

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 23 de Dezembro de 1911.—Manuel de Arriaga.—Silvestre Falcão.

As das cidades de Lisboa, indica os professores que prestaram serviços extraordinários e respectivos dias de trabalho, os quais são os seguintes:

Artur Lucas Marinho da Silva, doze dias de serviço duplicado a 1.000 réis	12.000
Basílio Joaquim Ribeiro Júnior, doze dias	12.000
Carlos Marcelino Esteves, dozo dias	12.000
Eládio António de Sousa e Silva, doze dias	12.000
João Rodrigues, treze dias	13.000
José Bartolomeu Rita dos Mártires, onzo dias	11.000
José Joaquim de Sousa, dozo dias	12.000
José Lázaro dos Arcos, doze dias	12.000
Manuel Esteves Canilho, onzo dias	11.000
Silvestre da Silva, onze dias	11.000
Total—Réis	118.000

Ouvida a 3.ª Repartição da Contabilidade, teve esta o seguinte parecer: «Nenhuma dúvida opõe esta Repartição ao pagamento de que se trata, o qual poderá efectuar-se por conta da dotação inscrita na tabela da despesa em vigor (capítulo 8.º, artigo 57.º, secção 25.º), com aplicação ao serviço de exames de instrução primária».

Nestes termos, a Direcção Geral da Instrução Primária tom a honra de propor a V. Ex.º que, nos termos do disposto no artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908, seja abonada aos mencionados empregados a reforida quantia de 118.000 réis, distribuída como acima se propõe.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 7 de Dezembro de 1911.—O Director Geral, *Leôdo Azedo*.—Concordo.—9 de Dezembro de 1911.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 15 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leôdo Azedo*.

2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara que o lugar de professor criado por decreto de 23 de Dezembro de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 802, na escola para o sexo masculino da freguesia de S. Pedro da cidade e sede do círculo escolar de Elvas, é terceiro e não segundo lugar, como erradamente se publicou.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 13 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leôdo Azedo*.

3.ª Repartição

Por despacho de 9 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do mesmo mês:

Joana da Consolação Correia, professora da escola para o sexo masculino da freguesia de S. Francisco da Serra, concelho de S. Tiago do Cacém—transferido em virtude do artigo 29.º do decreto de 29 de Março de 1911, para a escola do sexo feminino da freguesia sede do concelho de Alcochete, círculo escolar de Setúbal (2.º lugar).

Por despacho de 15 do corrente:

António Evaristo Lamoiras, professor primário da escola da freguesia de Longa, concelho e círculo escolar de Tabuaço—exonerado por abandono do referido lugar.

José Dionísio Gomes da Silva, professor da escola da freguesia de Rio Torto, concelho e círculo escolar de Gouveia—licença de noventa dias por motivo de doença.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 16 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leôdo Azedo*.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial

Por portarias de 13 do corrente:

Nomeando os professores primários João do Matos Cid, do Liceu Central de Faro, o Belarmino Augusto Pereira de Abreu e Sousa, do Liceu Nacional de Setúbal, e o professor efectivo do Liceu central de Braga, Abílio Augusto da Silva Barreiro, para exercerem provisoriamente as funções de médicos escolares nos mesmos liceus, sem direito a vencimento ou gratificação.

Direcção Geral da Instrução Secundária Superior e Especial, em 15 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *José Lourenço da Fonseca*.